



Ana Vieira é doutora em Ciências da Educação, na área da Educação Social e Mediação Sociopedagógica e mestre em Ciências da Educação – História e Problemas Atuais da Educação pela UTAD- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

É, atualmente, professora adjunta na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS) do Instituto Politécnico de Leiria (IPL) e investigadora do do CICS.NOVA pólo do IPLEiria.

Trabalhou em Portugal com Americo Peres, Professor agregado na UTAD, e em Espanha com José António Caride, professor catedrático na Universidade de Santiago de Compostela.

A sua investigação incide sobre Mediação Intercultural, Educação social, Pedagogia Social, Mediação Sociopedagógica, Mediação Sociocultural, Trabalho Social e Indisciplina, áreas onde tem publicado em livros, revistas nacionais e estrangeiras, e onde tem desenvolvido comunicações que tem apresentado em congressos nacionais e internacionais.

É investigadora integrada do CICS.NOVA, IPLEiria.

É, ainda, membro da RESMI - Rede de Ensino Superior de Mediação Intercultural.



Ricardo Vieira nasceu em Albergaria dos Doze, em 1961. É Mestre em Antropologia Social e Sociologia da Cultura pela FCSH-UNL, Doutor em Antropologia Social, Pós-Doutor em Serviço Social e Agregado em Antropologia da Educação pelo ISCTE. No ano de 2000, foi galardoado com o Prémio Rui Grácio, prémio nacional para o melhor trabalho de investigação em Educação realizado em Portugal, SPCE (Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação).

É, atualmente, Professor Coordenador Principal (Full Professor) da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, Professor Decano do Instituto Politécnico de Leiria e Investigador do CICS.NOVA pólo do IPLEiria.

Trabalhou em Portugal com Raul Iturra, Professor Catedrático do ISCTE-IUL, e em França com Pierre Bourdieu, François Bonvin, Monique Saint Martin e Marie Elisabeth Handman da EHESS e do Collège de France.

As suas áreas de investigação preferenciais, onde tem publicado vários livros e artigos científicos são: Histórias de Vida e Identidades, Metamorfoses da Identidade, Antropologia da Educação, Educação e Diversidade Cultural, Mediação Intercultural, Identidades nos Idosos, Pedagogia Social e Identidades Pessoais e Profissionais.

É investigador integrado do CICS.NOVA, IPLEiria.

É, ainda, membro da RESMI - Rede de Ensino Superior de Mediação Intercultural.

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UID/SOC/04647/2013



05

ANA MARIA VIEIRA | RICARDO VIEIRA

Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)formações

05

ANA MARIA VIEIRA | RICARDO VIEIRA

Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)formações

COLEÇÃO a página

ÍNDICE

Nota de apresentação	7
<i>Isabel Baptista</i>	
Prefácio	9
<i>José Antonio Caride</i>	
Prefácio	13
<i>Américo Peres</i>	
Introdução	17
<i>Ana Maria Vieira Ricardo Vieira</i>	

Capítulo 1

A MEDIAÇÃO INTERCULTURAL COMO PRÁTICA DA PEDAGOGIA SOCIAL

1. Educação Social, Pedagogia Social e Competências na Intervenção do Profissional	25
<i>Ana Vieira</i>	
2. Da Desconstrução do Formal e não Formal na Educação Social	39
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	
3. Da Profissão [Educação Social] ao Campo de Conhecimento [Pedagogia Social]: Profissão e Profissionalização em Educação Social	47
<i>Ana Maria Vieira Ricardo Vieira</i>	
4. Pedagogia Social, Mediação Intercultural e Intervenção Social	55
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	
5. Competências da Mediação Intercultural como prática da Pedagogia Social	65
<i>Ana Maria Vieira Ricardo Vieira</i>	
6. Da visão tradicionalista da Pedagogia Social à nova Educação Social	71
<i>Ana Maria Vieira Ricardo Vieira</i>	
7. Ética(s) e Educação Social	80
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	

Capítulo 2
PEDAGOGIA SOCIAL, MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO

1. Viver e Conviver: Pedagogia Social, Comunicação e Mediação Intercultural	95
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	
2. Intervenção Social, Mediações Socioculturais, Prevenção e Resolução	98
<i>Ana Maria Vieira</i>	
3. Educação Proibida e Pedagogias da Transformação	103
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	
4. A Pedagogia Social e a Mediação na Transformação dos Olhares Patologizadores das Diferenças Socioculturais	106
<i>Ana Maria Vieira</i>	

Capítulo 3
NA ESCOLA:
PEDAGOGIA SOCIAL E MEDIAÇÃO INTERCULTURAL

1. Diversidade Cultural e Mediação Escolar	113
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	
2. A patologização da Diferença em Territórios Escolares	117
<i>Ana Maria Vieira Ricardo Vieira</i>	
3. As Potencialidades da Mediação Escolar ou da Mediação Sociopedagógica na Construção de uma Escola para a (Con)vivência	121
<i>Ana Maria Vieira</i>	
4. Tensões Sociais e Conflitos na Escola: da Prevenção e da Resolução	124
<i>Ana Maria Vieira</i>	
5. Educação, Escola, Aprendizagem e Ensino	127
<i>Ricardo Vieira</i>	
6. Educação e Trabalho Social na Escola	130
<i>Ana Maria Vieira Ricardo Vieira</i>	
7. Ensino Superior, Mediação Sociocultural e Sociopedagógica	133
<i>Ana Maria Vieira</i>	
8. Pedagogias Diferenciadoras e Emancipadoras	136
<i>Ana Maria Vieira Ricardo Vieira</i>	

Capítulo 4
COMPLEXIDADE
E (TRANS)FORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS

1. Da (In)comunicação nos Sistemas de Ensino: breve apontamento	153
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	
2. Ensino Politécnico e Ensino Universitário: nomes, coisas e "faz de conta"	156
<i>Ricardo Vieira</i>	
3. Professor ou Contratado?	165
<i>Ana Maria Vieira</i>	
4. Ser Voluntário... ..	168
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	
5. Escola, Educação e Ensino: incursões reflexivas a propósito da adequação ao Processo de Bolonha	171
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	
6. Escola, Física e Sociedade	174
<i>Ricardo Vieira</i>	
7. Dar e Receber: conteúdo, forma e mudança na vida dos professores em Bolonha	177
<i>Ricardo Vieira</i>	

TÍTULO

Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)formações

AUTOR

Ana Maria Vieira | Ricardo Vieira

EDIÇÃO

PROFEDIÇÕES, Lda./ Jornal a Página

COLEÇÃO

a Página

CONCEÇÃO GRÁFICA

Sersilito – Empresa Gráfica, Lda.

Tiragem

1000 exemplares

Depósito legal

408254/16

ISBN

978-972-8562-74-8

1.ª Edição: **Abril 2016**

PROFEDIÇÕES, Lda. / Jornal a Página da Educação

R. D. Manuel II, 51 C – 2.º andar – sala 2.5

4050-345 Porto

Tel. 226 002 790 • Fax 226 070 531

livros@profedicoes.pt

redacao@apagina.pt

<http://www.apagina.pt/>

<http://www.profedicoes.pt/livraria>

NOTA: Os textos publicados na coleção a Página são sujeitos a um processo de arbitragem científica assegurado por investigadores devidamente acreditados, pertencentes ao Conselho Editorial e/ou à bolsa de colaboradores permanentes da revista a Página da Educação.

5.

Competências da Mediação Intercultural como prática da Pedagogia Social

Ana Maria Vieira
ESECS-IPL e CICS.NOVA.IPLeiria

Ricardo Vieira
ESECS-IPL e CICS.NOVA.IPLeiria

Sempre que se fala em mediação, é comum emergir, em primeiro lugar, a ideia de posição intermédia, da presença do terceiro termo, “o terceiro” que se refere ao mediador como pessoa, ou à equipa que assume a função de ponte, ligação ou catalisador dos processos de mediação. A terceira parte pressupõe e condiciona a existência de duas partes: “*A estrutura ternária implica abertura, uma vez que o terceiro rompe a dualidade em que os dois seres se encontram envolvidos*” (Torremorell, 2008: 23) e é para eles um ponto de referência comum.

Efetivamente, a mediação implica a construção de terceiros lugares mas estes não têm, necessariamente, de ser um ponto equidistante entre as partes. Se na mediação jurídica, esse lugar, que continua a ser uma terceira posição, cruza-se com a apregoada imparcialidade, na Mediação Intercultural, que além de preventiva se assume como transformadora da sociedade e como construtora de espaços de (con)vivência, estamos perante um novo paradigma assente na Pedagogia Social. Como sublinham Carvalho e Baptista (2004: 72),

“Os educadores sociais surgem, neste sentido, como mediadores profissionais, como promotores de laços sociais numa perspectiva criativa e renovadora que não se confunde com a conceção de mediação de tipo curativo ou preventivo”.

Ainda de acordo com estes autores, numa matriz de Pedagogia Social,

“mais do que procurar minorar tensões existentes entre indivíduos ou grupos, trata-se de promover relações interpessoais positivas, impulsionadoras de atividade, de criatividade e de solidariedade. [...] Indissociável do sentido transformador evidenciado anteriormente, a mediação pedagógica é necessariamente otimista e ambiciosa. Nessa medida, ela demarca-se das práticas de simples assistência ou ajuda humanitária” (2004: 72).

Em segundo lugar, quando se fala de mediação, surge, tanto nos discursos como nos manuais, o grande dogma da neutralidade. A ideia de que é possível o profissional social ser neutro. Contudo, a única forma de ser neutro é estar morto, como nos lembra Torremorell (2008). A necessária empatia que o mediador intercultural tem de desenvolver com as partes envolvidas, enquanto interventor social, não lhe permite a neutralidade axiológica. Relativamente a esta questão da neutralidade, que é um dos aspetos mais polémicos da mediação, fomos assistindo, mais recentemente, à convocação do conceito de imparcialidade, em vez do de neutralidade, embora alguns autores continuem a considerar tal atitude como uma abstração. Há, ainda, autores que em vez de falarem em imparcialidade – não tomar partido por ninguém – passaram a falar em “multiparcialidade” (Torremorell, 2008) uma vez que o mediador tem de promover a escuta ativa com todos, tentar entrar no entendimento de todos, e isso não pode ser feito de forma neutral nem imparcial. Tal trabalho implica atitudes empáticas por parte do mediador, e, daí, a ideia da “multiparcialidade”:

“[...] ou seja, tomar partido por todos. Pensamos que esta ideia é especialmente estimulante, uma vez que fez evoluir um debate que estancou no ponto de saber se é, ou não, possível ser neutro e imparcial, quando é bem evidente que «os mediadores desempenham, inevitavelmente, um papel influente no desenrolar do conflito» (Folger e Jones, 1997:305).

O conceito de multiparcialidade evoca, simultaneamente, independência e empatia. O mediador, pessoa independente em relação aos actores do conflito e ao resultado do mesmo, pode adoptar atitude empáticas – já não neutrais – construtoras de confiança, incorporando uma carga de sinal positivo no

desenvolvimento do processo mediado. Segundo esta óptica, actuar como se fôssemos neutros seria bastante pobre” (Torremorell, 2008: 24).

Ainda assim, se entendermos a Mediação Intercultural no âmbito da Pedagogia Social e não tanto da mediação em geral que nasce a partir de paradigmas resolutivos da escola de negócios de Harvard, dos anos 50, e, portanto, mais na perspetiva reabilitadora e criativa, que preventiva ou resolutiva, nem é absolutamente de “multiparcialidade” que se trata, apenas. Efetivamente, para facilitar a comunicação, para fomentar a coesão social e promover a autonomia e a inserção social das minorias e dos mais fragilizados, o mediador não pode tomar a parte da cultura hegemónica sob pena de estar a desenvolver um assimilacionismo disfarçado de neutralidade. A autonomização, o empoderamento e a advocacia dos desfavorecidos implicam um mediador intercultural que se demarque da imparcialidade mas também das simples práticas de assistencialismo e de ajuda humanitária.

A Mediação Intercultural, assente num quadro de referência da Pedagogia Social, atravessa, assim, os vários domínios do social e as mais variadas formas de mediação (comunitária, sanitária, escolar, familiar, laboral, jurídica, etc.) distanciando-se da pura resolução de conflitos e posicionando-se numa perspetiva preventiva mas, também, e essencialmente, transformadora das relações sociais. De facto, o mediador intercultural não pode deixar de ser, também, um interventor social que procura mudar situações sociais que geram injustiças, carências ou revoltas, sempre com o envolvimento dos implicados, como busca da convivência (Jares, 2007) e da hospitalidade enquanto valor humano (Carvalho e Baptista, 2004; Peres, 2010). De alguma forma, é aí que se situa Torremorell que reutiliza o conceito de “multiparcialidade” a partir de Folger e Jones (Torremorell, 2008: 24). Torremorell vai também mais longe ao caracterizar a competências e o perfil do mediador intercultural:

“Chegados a este ponto, poderíamos definir a mediação como um processo ternário em que os participantes, mediador e protagonistas, exploram voluntariamente a situação conflituosa para facilitar uma tomada de decisões conjunta liderada pelos protagonistas” (Torremorell, 2008: 84).

Esta é a perspetiva clássica da mediação, tão associada ao final da linha dos processos de tensão e conflito onde a resolução, a intenção de pôr termo aos conflitos e divergências é o interesse principal, ainda que tal possa não passar dum sucesso superficial, com a ajuda de técnicas de comunicação e que apenas levam a um entendimento que acaba por ser provisório e nada transformativa das identidades dos envolvidos, sejam grupos, comunidades ou indivíduos. O nosso interesse pela mediação vai muito para além das técnicas e centra-se, essencialmente, na relação entre as partes envolvidas e na convicção de que tal interação/comunicação/relação pode ser feita de forma simétrica, sem reféns e sem imposições hegemónicas ou suportadas por fundamentalismos. Por isso, também podemos definir a mediação intercultural

"[...] como uma tentativa de trabalhar com o outro e não contra o outro, procurando uma via pacífica para enfrentar os conflitos num ambiente de crescimento, aceitação, aprendizagem e respeito mútuo. [...] A mediação, além do mais, procura equidade e compromisso informado superando a violência, e a exclusão é integrada num amplo movimento personalizador de coesão social. (Torremorell, 2008: 85).

A Mediação Intercultural atravessa, ou pode atravessar, se se assumir o intercultural como paradigma que rompe com o culturalismo [monoculturalismo], todas as mediações socioculturais (familiar, comunitária, pessoal, laboral, jurídica, escolar, etc.) e não está presente apenas em contextos de forte multiculturalidade, como é o caso evidente da coexistência de pessoas migrantes, como algum senso comum aponta, por vezes (Vieira, A., 2013).

E porquê intercultural e não social ou sociocultural?

Por um lado, podemos começar por pensar, primeiro, na história do uso deste conceitos em Portugal: O ACIDI começou por usar os conceitos de mediação social há décadas (na altura era o ACIME; hoje ACM). Depois passou a usar o sociocultural, para dar conta dessa dificuldade de distinguir a esfera social da cultural. Depois, o ACIDI (o ACM de hoje) passou a usar o conceito de Mediação Intercultural para dar conta, justamente, das dimensões dinâmicas das culturas (mestiçagem, terceiro instruído, diálogo e transformação (Vieira, 2009, 2014).

A ESECS-IPLeia está hoje envolvida num projeto internacional do ACM, "Rede de Ensino Superior em Mediação Intercultural" (RESMI), com mais duas

dezenas de universidades e politécnicos portugueses, projeto que tem sido coordenado por Carlos Giménez da Universidade Autónoma de Madrid (2010) (<http://www.acm.gov.pt/-/resmi-rede-de-ensino-superior-para-a-mediacao-intercultural>).

Por outro lado, há, também, uma vertente que coloca a Mediação Intercultural como a de natureza preventiva /versus resolutiva. Mas é bem verdade que, mesmo na resolução de problemas sociais, o interventor pode agir com o outro (empowerment) e não de forma neutra entre os outros ou entre os outros e o sistema, como se nada tivesse a ver com ele e ele fosse transcultural e não tivesse valores morais, uma ética da convivência ou outras.

O mestrado da ESECS-IPLeia, em Mediação Intercultural e Intervenção Social, que vai já na sua 4.^a edição, procurou ter em conta todo este historial. A conjunção copulativa "e" é sinónima de conjunção, não de disjunção. E, justamente, porque se assume, hoje, a intervenção social como um trabalho de relação com os outros. De relação com as culturas dos outros. As pessoas são portadoras de cultura(s) dinâmica(s). As pessoas são socializadas, cada vez mais, em contextos multiculturais (Vieira, 2014).

Trata-se exatamente do contrário quer do assistencialismo ou, no outro pólo, do imperialismo ou da autocracia onde o interventor se assume como distante, sapiente e objetificador dos sujeitos da intervenção; quer do essencialismo do culturalismo onde os padrões culturais são considerados imutáveis, como discutiremos no ponto 6 deste capítulo primeiro.

Em síntese, parece claro que toda a Mediação Intercultural é sociocultural. Mas nem todas as mediações socioculturais são, necessariamente, interculturais. A Mediação Intercultural remete, sempre, para a ideia do terceiro lugar, terceira pessoa, mestiçagem, cultura(s) dinâmica(s), interculturalidade e (Trans) formação dos sujeitos e culturas envolvidas, ao invés de culturas consideradas fechadas em determinado grupo social.

Referências

- CARVALHO, Adalberto. & BAPTISTA, Isabel. (2004). *Educação Social, Fundamentos e Estratégias*, Porto: Porto Editora.
- GIMÉNEZ, Carlos (2010). *Interculturalidade e Mediação*, Lisboa: ACIDI.

- JARES, Xesus. (2007). *Pedagogia da Convivência*. Porto: Profedições.
- PERES, Américo (2010). "Introdução" in PERES, Américo e VIEIRA, Ricardo (Orgs.). *Educação, Justiça e Solidariedade na Construção da Paz*, Chaves e Leiria: APAP e CIID-IPL, pp. 9-29.
- TORREMOREL, Maria (2008). *Cultura de Mediação e Mudança Social*, Porto: Porto Editora.
- VIEIRA, Ana (2013). *Educação Social e Mediação Sociocultural*, Porto: Profedições.
- VIEIRA, Ricardo (2009). *Identidades Pessoais: interações, campos de possibilidade e metamorfoses culturais*, Lisboa: Colibri.
- VIEIRA, R. (2014). "Life Stories, Cultural Métissage and Personal Identities" in *SAGE Open*, Jan 2014, 4(1), pp. 1-13. The online version of this article can be found at: <http://sgo.sagepub.com/content/4/1/2158244013517241>.

Webgrafia

<http://www.acm.gov.pt/-/resmi-rede-de-ensino-superior-para-a-mediacao-intercultural> acessado em 18 de fevereiro de 2016.